

Centralidade da Política Cultural nos Discursos de Posse 2003 e 2023 dos Ministros no Ministério da Cultura do Brasil

Autoria: Tomás Alves Tentes de Ourofino¹

Resumo: Esse artigo apresenta uma reflexão acerca dos discursos de posse dos Ministros da Cultura, Gilberto Gil e Margareth Menezes, analisados à luz da literatura sobre política cultural, a fim de situar a institucionalização da cultura no Brasil. A partir da Análise de Conteúdo Categórica identificou-se quais variáveis compareceram nas verbalizações dos ministros, indicando a apropriação teórica e política em seus discursos. Constatou-se que os debates em torno dessas variáveis são centrais na discussão sobre políticas culturais e que a assimilação das mesmas pelos gestores é de relevância substancial para garantir a concretização das políticas públicas. A centralidade da política cultural foi constatada nos dados obtidos, corroborando as afirmações da literatura.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Política Cultural. Ministério da Cultura. Discurso de Posse.

INTRODUÇÃO

A institucionalização da cultura no Brasil é marcada por caminhos e descaminhos no processo de fundação, construção, extinção e refundação do Ministério da Cultura (MinC), configurada por uma travessia desafiadora do ponto de vista dos entendimentos quanto a sua necessidade, importância, impacto e influência no desenvolvimento do país (MORAES, 2019).

O arco histórico da existência do MinC revela saltos e sobressaltos em sua influência e poder de ação, permitindo revisitar as políticas culturais e compreender os variados períodos em suas tradições de ausências, autoritarismos e descontinuidades (BARBALHO, 2019; CALABRE, 2007). Nesse contexto, emerge a importância de situar o momento atual da Cultura no Brasil, das ideias, conteúdos e intencionalidades, presentes nos discursos de posse do Ministro Gilberto Gil e da Ministra Margareth Menezes à frente do MinC, uma vez que estes Ministros romperam de forma efusiva com as propostas defendidas por seus antecessores diretos. Os referidos discursos podem ser acessados na íntegra, conforme apontamentos de Ourofino (2024).

A recriação do MinC, em 2023, trouxe em sua ativação mais que possibilidades de implementação de Políticas Públicas, surgiu como um resgate da importância da cultura como um dos pilares do terceiro mandato do governo Lula, em um momento

¹Graduando do bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da UnB

histórico e político frontalmente diferente do contexto de 2003. Embora não seja inédita, a politização da cultura nacional ganhou contornos desafiadores para a gestão, implicando a revisão do arcabouço conceitual de cultura e de política cultural (CALABRE, 2019b; MATA-MACHADO, 2023).

Nesta direção, este trabalho de pesquisa buscou analisar os discursos de posse dos Ministros da Cultura do Brasil, Gilberto Gil (2003) e Margareth Menezes (2023), identificando conceitos e paradigmas de Política Cultural, limitações, desafios e perspectivas futuras, em políticas públicas, a fim de compreender as motivações e os princípios que direcionaram a visão e o planejamento das ações do ministério.

A escolha por analisar os discursos proferidos na posse dos Ministros da Cultura, por ocasião do início dos governos de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República do Brasil, surgiu da curiosidade e da necessidade em entender a relevância de seus primeiros direcionamentos políticos, endereçados aos mais variados setores e pessoas imbricados com a política cultural do país. Buscou-se nesse trabalho visibilizar as possíveis ações desses agentes públicos como promotores de políticas públicas, e suas posições ao se colocarem como capazes de impulsioná-las, promovê-las e determiná-las e de gerar desenvolvimento econômico, social e humano. Procurou-se também verificar se os posicionamentos dos Ministros desde suas primeiras manifestações foram capazes de romper com a ideia das tradições de ausências, autoritarismos, descontinuidades nas políticas culturais do Brasil (BARBALHO, 2019). Para compreender esses aspectos na contemporaneidade foram elaboradas as seguintes questões de pesquisa: (a) Quais conceitos e paradigmas de Políticas Culturais estão presentes nos discursos dos Ministros da Cultura nos anos 2003 e 2023? e (b) Quais limitações, desafios e perspectivas comparecem nos discursos dos Ministros da Cultura nos anos 2003 e 2023, considerando cada tempo histórico?

OBJETIVO

O artigo teve como objetivo analisar os discursos de posse dos Ministros da Cultura do Brasil, Gilberto Gil (2003) e Margareth Menezes (2023) e confrontá-los com a literatura da área de política cultural, a fim de situar a institucionalização da cultura no Brasil e a trajetória do processo de construção, fundação, extinção e refundação do Ministério da Cultura.

REVISÃO DE LITERATURA

A questão da Cultura, ou das Culturas, têm ganhado centralidade na contemporaneidade, sobretudo pelo fortalecimento do processo de politização da cultura e das identidades culturais, influenciado por interesses econômicos, sociais e por desafios que se colocam diante de ideais e de ações que anunciam novas concepções e paradigmas sobre a cultura. Corroborando esse processo, se torna relevante a definição de cultura adotada a partir de 1982, com a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais realizada no México pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Dessa conferência resultou a declaração acerca de políticas culturais, da qual o Brasil é signatário (UNESCO, 1982).

Dentre as intenções contidas nesse documento está a exigência de reconhecer que a cultura e o público são elementos plurais e que grupos que estavam à margem das ações culturais deveriam ser ouvidos e incluídos nas políticas públicas que tratassem do tema. Essa perspectiva se manteve ao longo dos anos, influenciando o entendimento do conceito de cultura e política cultural. Assim, as conferências subsequentes reafirmaram esses princípios fundamentais para a cultura dos povos, sendo a mais recente realizada na Cidade do México, em setembro de 2022, na Conferência Mundial da Unesco sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável – MONDIACULT/2022, evento esse que reuniu os Ministros da Cultura dos Estados-Membros da Unesco para reafirmarem seus compromissos com uma sociedade multicultural, definirem prioridades quanto aos desafios na esfera da cultura e declarar a importância do efeito transformador que a cultura pode ter no desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2022).

Conceitos e Paradigmas de Política Cultural

A complexidade que envolve a temática da cultura e as inúmeras tentativas de a definir ou conceituá-la são assuntos recorrentes na literatura sobre política cultural, dado o conteúdo político e antropológico do debate. Combinando as várias definições, Mata-Machado (2023) discute três significações de cultura constituídas a partir dos sentidos trazidos pela Constituição Federal de 1988, são eles: (a) a cultura humana no sentido de modo de vida; (b) as culturas humanas no sentido de grupos representados em um tempo e território e (c) a cultura como conjunto de produções artísticas e intelectuais.

Conforme declarado pela Unesco (1982), a cultura pode ser pensada como exercício de direitos, os direitos culturais consubstanciados na Declaração de Direitos Humanos, assim reconhecidos como civis, políticos, econômicos, sociais, e mais

recentemente os direitos transindividuais (porque são devidos a coletivos e não a pessoas singulares).

Essas dimensões dos direitos à cultura reforçam a importância da política, implicando compromissos para que a cultura seja incluída nas estratégias governamentais de desenvolvimento e balizando o conceito de política cultural (MATA-MACHADO, 2023).

O mesmo processo de desenvolvimento conceitual ocorreu com a construção do conceito de Política Cultural. Alguns estudiosos se dedicaram a trazer uma definição que também reunisse sentidos e significados abrangentes. Um dos pioneiros e o mais influente nessa discussão conceitual é o teórico Néstor García Canclini que apresentou inicialmente, em 1987, o seguinte conceito:

“Conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e pelos grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social” (Canclini, 2019, p. 56).

Assim, as discussões em torno do conceito de Política Cultural se tornam ainda mais desafiadoras quando consideradas as questões práticas de gestão das políticas públicas, conforme pontuadas por Botelho (2011) ao destacar as dimensões sociológicas e antropológicas envolvidas na definição do termo cultura. Ampliando a direção desse entendimento, Rubim (2019) trabalha o conceito de Política Cultural a partir da transversalidade do campo cultural, que abrange todas as áreas da vida social, incluindo a economia, a diversidade, a pluralidade, os comportamentos e costumes e as particularidades dos variados campos de expressão da cultura brasileira.

Em reflexão sobre o conceito e os paradigmas originados do trabalho de Canclini, Severino (2019) acrescenta que mesmo com a passagem do tempo, não foram observados avanços em relação às dinâmicas de mercado, ou mesmo uma superação e distanciamento da ideia de mecenato. Por outro lado, a diversidade cultural e a redefinição do conceito de cultura possibilitaram alterações de caráter prático nas pautas políticas, principalmente nos anos finais do Século XX. Dentre essas alterações, pode-se citar a emergência da visibilidade social da cultura rural/camponesa e da cultura urbana periférica, enfatizadas

por questões ecológicas e ambientais e seus desdobramentos, como por exemplo, o discurso das comunidades tradicionais e as lutas sobre o uso da terra.

No início da discussão acerca do conceito de políticas culturais, Canclini (2019) estabeleceu o que podem ser considerados como os objetivos básicos de uma política cultural: (a) orientar o desenvolvimento simbólico; (b) satisfazer as necessidades culturais das populações; (c) obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Em conclusão dessa revisão conceitual de cultura e de política cultural, vale ressaltar o que reafirma Calabre (2019a), quando a autora diz que a função de elaboração de políticas públicas na área da cultura deverá ser a de garantir plenas condições de desenvolvimento de todo o setor cultural e de valorizar as múltiplas práticas e demandas culturais, assim como a expressão da diversidade cultural.

Arco histórico da institucionalização da Cultura e da criação do Ministério da Cultura

As primeiras políticas públicas de cultura no Brasil decorrem das implementações realizadas no período do Governo Vargas (1930-1945), caracterizando assim o processo de institucionalização da política cultural, ainda guiado pelo paradigma tradicional-patrimonialista e com forte presença das instituições culturais tradicionais.

Nos anos que se seguiram e, principalmente no período compreendido entre 1945 e 1964, o que se assistiu foi uma emergência paradigmática da privatização neoconservadora (Severino, 2019). Desmembrado em 1953, o Ministério da Educação e Saúde deu origem a dois ministérios: o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e Cultura. Nesse período, a perspectiva de avanço na área da cultura se deu basicamente no campo da iniciativa privada e foi observada uma transferência das ações públicas da cultura ao mercado simbólico privado. O Estado não alterou sua estrutura anterior, apesar de criar o ministério, suas ações diretas foram tímidas e sem grande vulto (CALABRE, 2007).

A partir de 1964, os rumos da política nacional afetaram frontalmente a produção cultural daquele momento. O governo militar orquestrou uma maior institucionalização do campo da produção artístico-cultural. Na esteira dessas mudanças, em 1966, foi proposta a reformulação do CNC, com o objetivo de organizar uma estrutura capaz de elaborar uma política cultural de alcance nacional. Em 1975 surgiu a Política Nacional de Cultura e a criação de diversos aparatos institucionais que cerceavam o campo cultural, como o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) (CALABRE, 2007). Nesse mesmo período,

a institucionalização da cultura alcançou os estados e municípios, sendo a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, criada em 1979, a primeira de nível estadual (ARRUDA; FERRON, 2019, p. 185).

Na década de 1980 assistiu à redemocratização e a criação do Ministério da Cultura. Em 1982 e 1983, os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, respectivamente, criaram suas secretarias estaduais de cultura, em que foram empossados Darcy Ribeiro e José Aparecido de Oliveira, como secretários. Com a criação de outras secretarias, estaduais e municipais, houve a possibilidade da formação de um Fórum Nacional de Secretários de Cultura, cuja primeira edição teve lugar em Curitiba em 1983, com a presença de secretários de treze estados, tendo como articulador José Aparecido. Esse secretário, entre outras questões, defendia a necessidade de uma pasta autônoma para o setor cultural, por meio de uma ampla discussão das diretrizes e objetivos da política cultural, a ser gerida pelos poderes públicos, Federal, Estadual e Municipal.

É importante ressaltar que a criação do Ministério da Cultura foi alvo de variados debates durante a década de 1980, envolvendo representantes de diversos espectros políticos, gestores e a classe cultural e artística, sendo desde então um território de disputas quanto à necessidade de um ministério para a área cultural, em suas múltiplas dimensões. Em 15 de março de 1985, por meio do Decreto nº 91.144 publicado no Diário Oficial da União (BRASIL, 1985), o presidente empossado José Sarney criou o Ministério da Cultura (MinC), honrando os compromissos assumidos por ele e Tancredo Neves durante a campanha eleitoral e nomeou como ministro José Aparecido, responsável e articulador da criação do Ministério junto aos secretários estaduais de cultura (ARRUDA; FERRON, 2019, p.185).

Limitações e desafios das ações do Ministério da Cultura

Os primeiros anos do Ministério da Cultura foram marcados por uma intensa instabilidade institucional em meio à troca de ministros, denúncias de corrupção e desmandos dos gestores. Em 2 de junho de 1986 foi promulgada a Lei nº 7.505, conhecida como Lei Sarney, sendo a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura, com o objetivo de estimular o campo da produção artística-cultural brasileira (ARRUDA; FERRON, 2019, p. 188). Em 1990, Fernando Collor chega à cadeira presidencial e o Ministério da Cultura e seus órgãos são extintos, tornando insuficiente a já incipiente estrutura que o ministério possuía.

Em quase dois anos, o governo federal não realizou qualquer investimento em cultura ou definiu qualquer política cultural, somente em 23 de dezembro de 1991 foi promulgada a Lei nº 8.313, instaurando o Programa Nacional de Apoio à Cultura, conhecido popularmente como Lei Rouanet, uma política cultural baseada na renúncia fiscal, tal como a Lei Sarney. O Ministério da Cultura foi recriado no ano seguinte, 1992, sob a presidência de Itamar Franco, e em 1993 foi promulgada a Lei do Audiovisual, mais uma política cultural pautada em renúncia fiscal. Essas políticas, voltadas aos interesses do mercado e com pouca interferência do Ministério, confirmaram o que seria a política cultural nacional nos anos de 1990 e na virada do milênio (CALABRE, 2007, p. 94).

As disputas políticas e controvérsias que marcaram os anos iniciais da existência do MinC ao invés de reforçarem o prestígio e a consistência nas políticas culturais, acabaram por impulsionar premissas alheias às reais necessidades daquele momento, o que ressaltou as fragilidades apontadas pelas críticas quanto à prematuridade na criação do MinC (Botelho, 2000, p. 263-265). Arruda e Ferron (2019) conseguiram demonstrar que os acontecimentos foram determinantes na construção do corpo institucional e tornaram-se parte do projeto e da identidade adquirida pelo MinC, lançando também os limites e desafios enfrentados pelo ministério desde sua criação como pasta única.

Com o Ministro Francisco Weffort, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, consagrou-se o modelo de políticas culturais voltadas ao mercado e baseadas em leis de incentivo fiscal, que transferiram à iniciativa privada o poder de decisão, sobre quais ações ou projetos culturais deveriam ou não receber os incentivos públicos (CALABRE, 2007, p. 95). Para Botelho (2019), o período de aprofundamento da política neoliberal prejudicou ainda mais o Ministério da Cultura e ficou marcado pelo entendimento da “cultura é um bom negócio”, esvaziando a discussão em torno de políticas culturais, diretrizes e prioridades do ministério e preenchendo o quadro ministerial com pessoas pouco qualificadas. Dessa maneira, o papel da cultura no desenvolvimento nacional parece ter sido deixado de lado.

Esse foi o cenário herdado por Gilberto Gil quando empossado Ministro da Cultura, em 1º de janeiro de 2003. Entre os estudiosos brasileiros que se dedicaram a compreender o movimento das políticas culturais no Brasil não há consenso com relação à essa escolha de gestor para a pasta do MinC (BARBALHO, 2019; BOTELHO, 2011; CALABRE, 2007; MORAES, 2019). Apesar dessa divergência, esses autores concordam que os interesses, as críticas e as controvérsias dos períodos anteriores na história do MinC repercutiram na escolha e no tom da chegada de Gilberto Gil ao

Ministério. As posições se convergem também quanto ao capital simbólico do então Ministro, trazido pelo artista que na esteira de sua biografia colhe reconhecimento público e amplo significado à cultura brasileira.

Outro aspecto de conformidade para a área cultural, destacado pelos estudos, é a mudança de paradigmas observados desde o discurso de posse do Ministro Gilberto Gil, representando um salto paradigmático, o que leva Botelho (2011) a afirmar que “o discurso bem articulado conceitualmente abre caminho para o que considero um dos momentos mais importantes, do ponto de vista das políticas culturais no Brasil”. Para Botelho (2011), às políticas culturais alcançaram um lugar de possibilidades com a chegada do Ministro Gilberto Gil, amparado por um repertório de vivências, lutas e construções assertivas acerca das ideias de cultura, representando um novo tempo para a Cultura e para as Políticas Culturais.

Em resumo, observa-se que, a partir de 2003, a narrativa das políticas públicas de cultura e política cultural foi modificada pelo Ministro Gil, tornando-se sinônimo de cidadania cultural, sobretudo por promover os direitos culturais tanto na dimensão do acesso universal do cidadão aos bens simbólicos da cultura, quanto na provisão de recursos para que o cidadão se tornasse ativo na ação cultural, não apenas como consumidor, mas podendo vir a ser protagonista na cultura, configurando-se então na primeira geração de políticas públicas democráticas de cultura (MORAES, 2019).

Dentre essas políticas, a instituição do Plano Nacional de Cultura (PNC), por meio da Emenda Constitucional 48 de 2005, trouxe avanços quanto à integração das ações do poder público de defesa e de valorização do patrimônio cultural brasileiro, de tal magnitude, que em anos subsequentes se desdobrou no Sistema Nacional de Cultura (SNC) em 2012, instituído pela Emenda Constitucional 71, daquele ano.

Ainda em 2004, impulsionado pelo paradigma de cidadania cultural e pelo processo de democratização do setor, a efetivação dessas premissas se dá pelo Programa Nacional Cultura, Educação e Cidadania- Cultura Viva (PNCV) cujo objetivo foi o de articular e fomentar ações provenientes de agentes culturais periféricos e comunitários, para aumentar e validar o alcance de suas ações. Para o Ministro Gilberto Gil, fortalecer o protagonismo cultural de grupos e comunidades populares, ampliando o acesso aos meios de produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais, era mais que desafio, se tornou meta dentro dos projetos e programas criados e desenvolvidos em sua gestão (MORAES, 2019).

Além de todo simbolismo histórico e identitário que carregou a nomeação como Ministro do cantor, compositor e ex-vereador, essa mudança na pasta do MinC trouxe para a discussão paradigmas e conceitos diversos do modelo até então normalizado para a cultura do país. Mudanças que surgiram como um novo capítulo nos desafios das políticas culturais no Brasil, iniciado com o discurso de posse do Ministro Gilberto Gil (GIL, 2003), que trouxe em sua essência elementos fundamentais para a estruturação de políticas de produção cultural, ao mesmo tempo que apresentou “novos” conceitos ao campo cultural, que se não implementados conforme idealizados, abriram espaço para outros tempos no MinC. Mudanças em termos de propósito e pressupostos envolveram os mais distintos núcleos de cultura e as mais diversas expressões culturais, na tentativa de trazer para a fala do Ministro o papel de agente transformador, acrescentando que o acolhimento das distinções é importante na estrutura relacional de consumo das produções culturais. Essas distinções apresentadas pelo Ministro Gil, podem ser compreendidas a partir das formulações de Bourdieu, que constrói uma correspondência entre práticas culturais e classes sociais, evidenciando as relações de poder como categorias de dominação pelo capital cultural (BOURDIEU, 2007).

O conjunto de ideias e ações desenvolvidas pelo Ministro Gilberto Gil, se não continuado nos anos que se seguiram à sua passagem pelo MinC, nos anos de 2003 a 2008, também não foi de pronto interrompido, assim, há entendimento entre os estudiosos da área das Políticas Culturais sobre o legado nascido naquele discurso de 02 de janeiro de 2003 (MORAES, 2019).

A trajetória não linear, mas consonante com as propostas e princípios do arcabouço defendidos por Gilberto Gil, segue seu fluxo até o golpe sofrido pela Presidente Dilma Rousseff, e a ruptura desencadeada no MinC, açoiado e desmobilizado a partir do ano de 2016, já na gestão do Presidente Michel Temer, culminando no desmonte do MinC até a sua extinção no ano de 2019 (BOTELHO, 2019). O Ministério da Cultura foi extinto pelo Presidente Jair Bolsonaro, por meio do Decreto 9.674, de 2 de janeiro de 2019 e transformado em uma Secretaria Especial de Cultura, vinculada inicialmente ao Ministério da Cidadania, pelo Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019, para em seguida ter sua gestão levada para Ministério do Turismo. Esse foi o contexto que dominou a cena política da cultura no país, acrescentando múltiplas camadas de limites e desafios à área cultural.

A retomada da cultura insurgiu, então, como um dos pilares do terceiro mandato do Governo do Presidente Lula, movida pela atmosfera de críticas e rupturas que surgiram

na gestão anterior, não apenas pelos retrocessos observados pelos atores e agentes culturais, mas também em função dos impactos sofridos pela área cultural frente às limitações e restrições vivenciadas no período da pandemia SARS-COV2/COVID19, a partir de 2020. Em 01 de janeiro de 2023, com a posse do Presidente Lula para seu terceiro mandato, foi anunciada a volta do MinC e apresentado o nome de Margareth Menezes como Ministra da Cultura.

A Ministra Margareth Menezes chegou ao ministério com a responsabilidade de resgatar o MinC como instituição forte e promover a reinserção do Brasil nas discussões e propostas internacionais de políticas culturais e desenvolvimento, assumindo a grande tarefa de motivar, validar e organizar a recuperação do setor cultural internamente, assim como foi metafóricamente ilustrado em seu discurso “a Cultura vai tomar posse” (MENEZES, 2023).

METODOLOGIA

Para responder às questões de pesquisa foi realizada a análise de conteúdo dos discursos de posse pronunciados pelos Ministros da Cultura em 2003 e 2023, a fim de buscar os sentidos e os significados das comunicações realizadas, utilizando a metodologia de Análise de Conteúdo Categorical (ACC), que permite inferências sobre determinados aspectos dos objetos analisados, conforme proposto por Bauer (2002). Para Bauer a análise de conteúdo deve atender a dois aspectos fundamentais: (a) exploração do material e (b) tratamento dos dados.

Neste estudo, a amostragem se definiu por propósito e relevância, sendo determinados os discursos dos Ministros, de acordo com Ourofino (2023). Ou seja, como Unidade Amostral foram considerados os discursos separadamente e a Unidade de Análise ou Unidade de Registro foi por temas, conferidos a cada parágrafo. A ACC consistiu em encontrar os núcleos de sentido que compuseram a fala dos Ministros e cuja frequência constituiu a formulação de Categorias apontando elementos para responder às questões de pesquisa.

As categorias pré-identificadas compuseram a formulação do folheto ou livro de códigos (Ourofino, 2023), com base nos conceitos, paradigmas, desafios, limitações e perspectivas advindos dos estudos na área de Políticas Culturais e extraídos dos discursos proferidos pelos Ministros por ocasião da posse.

Para tanto, a formulação das categorias obedeceu aos critérios estabelecidos, sendo homogêneas, exaustivas, exclusivas, objetivas, adequadas, claras e não ambíguas, apontou convergências e divergências, conforme sugerido por Sampaio (2021).

A fim de garantir a confiabilidade, foi preparado um quadro de análise, composto por: (a) categorias e seus códigos; (b) breve descrição das categorias; (c) definição completa das categorias; (d) regras para aplicar e não aplicar os códigos (conforme apresentado no Apêndice). O teste de confiabilidade foi obtido por espaço de tempo de duas semanas entre as codificações realizadas por um único codificador. As categorias coincidentes e suas respectivas frequências foram mantidas como codificação final e utilizadas para a análise de conteúdo dos discursos.

RESULTADOS e DISCUSSÃO

Para responder às questões de pesquisa 1 e 2 foram definidas categorias *à priori*, com base nos termos centrais utilizados na elaboração das questões (BAUER, 2002).

Analisadas as sentenças ou parágrafos dos discursos e realizada a codificação, emergiu do discurso do Ministro Gilberto Gil um total de 154 verbetes ou períodos passíveis de codificação. No discurso da Ministra Margareth Menezes esse número foi de 136 verbalizações codificadas. Para definir a frequência total de cada categoria a totalização de verbalizações codificadas foi 290 verbetes.

Os resultados apontaram frequência expressiva para a Categoria 1 para ambos os ministros, mostrando que a questão conceitual e a fundamentação dos seus argumentos, ideias e pensamentos estavam pautados por um direcionamento teórico, identitário, mas também dotado de simbolismos, assim pode-se confirmar que os discursos trouxeram relevância conceitual, à medida que os ministros pautaram em definir, caracterizar e apresentar suas ideias quanto ao arcabouço que envolve a área de Política Cultural.

Tabela 1 – Descrição dos dados da Categoria 1 – Conceitos de Cultura

Categoria 1 – Conceitos de Cultura
Definição: “Representação de um objeto pelo pensamento, por meio de suas características gerais. 2. Ação de formular uma ideia por meio de palavras; definição, caracterização. 3. Pensamento, ideia, opinião.” (Glossário de Termos Epistemológicos e de Metodologia Científica, UNIFAE).
Subcategorias: 1.1 Definição 1.2 Anteposição 1.3 Simbolismo 1.4 Distinção
Exemplo de Verbalizações: “Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura

como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos.” (GIL)

“Do carnaval vibrante e coletivo à poesia intimista da bossa nova, da arquitetura moderna ao modo de dobrar a palha do milho da pamonha, da sabedoria do repente ao RAP transformador, o baile Funk, a ginga da capoeira, o samba, da literatura dita e escrita ao cinema, tudo é cultura. Esse núcleo estético e ético da vida. (MARGARETH)

Frequências Gil (154): 42 (27,27%)

Frequências Margareth (136): 25 (18,38%)

Frequência Total da Categoria (290): 67 (23,1%)

Na Categoria 2, as manifestações da Ministra Margareth foram expressivas, 20 frequências, que em números totais representaram o dobro das verbalizações proferidas pelo Ministro Gil. Ambos destacaram seus entendimentos do que é Cultura transformada em Políticas Culturais, dando materialidade ao conceito.

Tabela 2 – Descrição dos dados da Categoria 2 – Política Cultural

Categoria 2 – Política Cultural

Definição: “Modo de intervenção”, através de formulações ou propostas que deve reunir diversos atores com o objetivo de promover mudanças na sociedade por meio da cultura. A complexidade desta definição depende ainda da relação das noções pretendidas de política e de cultura.” COSTA, Leonardo Figueiredo. Prefácio. In: CANCLINI, Néstor García; BRIZUELA, Juan Ignacio; ROCHA, Renata (org.). Política cultural: conceito, trajetória e reflexões. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 7-11.

Exemplo de Verbalizações:

“Não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado.” (GIL)

“Sem ministério, sem políticas culturais e sem recursos, muitos dos mais criativos e sensíveis brasileiros tiveram que deixar os palcos, as telas, as bibliotecas, os ateliês e buscar outras atividades para poder sobreviver.” (MARGARETH)

Frequências Gil (154): 10 (6,49%)

Frequências Margareth (136): 20 (14,71%)

Frequência Total da Categoria (290): 30 (10,34%)

Sobre os paradigmas em políticas culturais destacados na literatura da área pelo trabalho de Canclini, os dados sinalizaram que os ministros em alguns momentos de suas verbalizações os mencionaram de maneira indireta. Na Categoria 3, foi o Ministro Gilberto Gil que explorou os vários paradigmas, buscando uma direção para a concepção de desenvolvimento cultural, que supere a velha política no fazer cultural. Enquanto a Ministra Margareth destaca a ruptura com paradigmas que agridem a existência da cultura e dos agentes da cultura. Para tanto, a Ministra se ateu às necessidades atuais da sociedade, o que pode ser indiretamente associado ao paradigma representado na subcategoria Democracia Participativa.

Tabela 3 – Descrição dos dados da Categoria 3 – Paradigmas de Política Cultural

Categoria 3 – Paradigmas Política Cultural (García-Canclini)

Definição Paradigmas: mecenato liberal, tradicionalismo paternalista, estatismo populista, privatização neoconservadora, democratização cultural, democracia participativa. Paradigmas elaborados por Néstor García-Canclini levando em consideração os agentes sociais envolvidos, a estruturação da relação entre política e cultura e a concepção de desenvolvimento cultural. CANCLINI, Néstor García. Políticas culturais e crise de desenvolvimento: um balanço latino-americano. In: CANCLINI, Néstor García; BRIZUELA, Juan Ignacio; ROCHA, Renata (org.). Política cultural: conceito, trajetória e reflexões. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 45-86.

Subcategorias:

3.1 Mecenato liberal 3.2 Tradicionalismo paternalista 3.3 Estatismo populista
3.4 Privatização conservadora 3.5 Democratização cultural 3.6 Democracia participativa

Exemplo de Verbalizações:

“É claro que as leis e os mecanismos de incentivos fiscais são da maior importância. Mas o mercado não é tudo. Não será nunca.” (GIL)

“A criminalização dos trabalhadores e trabalhadoras e a falta de entendimento do significado da força da produção cultural do Brasil. Me emocionei com inúmeros relatos de luta do meio da cultura, para o reconhecimento de seus direitos e a busca incessante de espaço e dignidade.” (MARGARETH)

Frequências Gil (154): 21 (13,64%)

Frequências Margareth (136): 10 (7,35%)

Frequência Total da Categoria (290): 31 (10,69%)

As limitações enfrentadas pelo Ministério da Cultura foram verbalizadas por ambos os ministros, como observado na Categoria 4. Em termos de verbalizações, a codificação mostrou equilíbrio quanto às frequências. Embora se tenha verificado baixa frequência nessa categoria, a dimensão das limitações para a área da cultura e seus desdobramentos em políticas culturais são expressivos, pois representam múltiplas camadas de impedimentos.

Tabela 4 – Descrição dos dados da Categoria 4 – Limitações

Categoria 4 – Limitações

Definição: Imposições de dificuldades ou impossibilidades que cerceiam a ação de determinado agente, grupo ou instituição.

Subcategorias:

4.1 Limites/ Fragilidades

Exemplo de Verbalizações:

“Um país que possui talvez a pior distribuição de renda de todo o planeta. E é esse escândalo social que explica, basicamente, o caráter que a violência urbana assumiu recentemente entre nós, subvertendo, inclusive, os antigos valores da bandidagem brasileira.” (GIL)

“Durante a pandemia os artistas brasileiros sofreram como nunca, o prejuízo econômico do setor artístico cultural, foi de aproximadamente de 63 bilhões segundo pesquisas recentes. (MARGARETH)

Frequências Gil (154): 14 (9,09%)

Frequências Margareth (136): 11 (8,09%)

Frequência Total da Categoria (290): 25 (8,62%)

Os desafios são a tônica dos dois discursos, pautados com mais evidência pelo Ministro Gil em torno da criação de um projeto consistente e criativo, com metas e produções que coloquem o povo em suas mais variadas expressões de cultura na

centralidade das políticas culturais, com a definição clara do papel do Estado e a ruptura com a lógica do mercado. A Ministra Margareth apresentou os desafios mais urgentes da sua pauta, destacando a ausência das políticas para a cultura nos anos anteriores, salientando as políticas de negação da gestão que a antecedeu e o grande desafio de recriação do MinC, conforme o que foi analisado na Categoria 5.

Tabela 5 – Descrição dos dados da Categoria 5 – Desafios

Categoria 5 – Desafios
Definição: Interposição de fenômeno a ser superado por alguém, instituição, governo ou corporação, de causa definida ou não, e de condição estrutural ou temporária.
Subcategorias: 5.1 Meta 5.2 Tarefa
Exemplo de Verbalizações: <i>“E é por isso mesmo que assumo, como uma das minhas tarefas centrais, aqui, tirar o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontra, hoje, do dia a dia dos brasileiros.” (GIL)</i> <i>“Sem ministério, sem políticas culturais e sem recursos, muitos dos mais criativos e sensíveis brasileiros tiveram que deixar os palcos, as telas, as bibliotecas, os ateliês e buscar outras atividades para poder sobreviver. Com isso, o próprio Brasil ficou mais calado, apequenado, triste. Tentaram nos calar.” (MARGARETH)</i>
Frequências Gil (154): 29 (18,83%)
Frequências Margareth (136): 9 (6,62%)
Frequência Total da Categoria (290): 38 (13,10%)

A codificação revelou quatro novas categorias: menção ao presidente, referência autobiográfica, perspectivas e referência à gestão anterior. Essas novas categorias foram incorporadas ao corpo dos resultados para a realização da análise de conteúdo.

A Categoria 6, descrita por “menção ao presidente”, se refere às menções dirigidas à figura do Presidente Lula. Essa categoria emergiu de modo transversal às demais categorias definidas *à priori* e destaca a importância atribuída ao seu papel de chefe do Executivo e, portanto, agente maior das políticas culturais. Os Ministros creditam ao Presidente Lula os princípios e direcionamentos dos projetos de mudança na área cultural e o fortalecimento do Ministério da Cultura. A vinculação com a pessoa do presidente, o simbolismo de suas ideias, sua origem, assim como de sua trajetória profissional e política, estiveram presentes nos dois discursos. Os dados revelados por essa categoria possibilitaram compreender a aproximação dos ministros indicados com o Presidente Lula e as interconexões entre esses protagonistas.

Tabela 6 – Descrição dos dados da Categoria 6 – Menção ao Presidente

Categoria 6 – Menção ao Presidente
Definição: citação ou referência à figura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, envolta ou não de simbolismo atrelado à sua carreira política.
Subcategorias:

6.1 Citação simbólica. 6.2 Citação nominal.

Exemplo de Verbalizações:

“A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva foi a mais eloquente manifestação da nação brasileira pela necessidade e pela urgência da mudança.” (GIL)

“O Presidente Lula disse que não vai apenas governar, mas cuidar...” (MARGARETH)

Frequências Gil (154): 9 (5,84%)

Frequências Margareth (136): 13 (9,56%)

Frequência Total da Categoria (290): 22 (7,59%)

Junto às menções ao Presidente Lula, emergiram também as menções realizadas pelos discursantes acerca de suas próprias trajetórias e visões sobre cultura e do papel do Ministério da Cultura, ao que denominamos, para fins desse trabalho, de “referência autobiográfica.

Tabela 7 – Descrição dos dados da Categoria 7 – Referência Autobiográfica

Categoria 7 – Referência Autobiográfica

Definição: Período ou interpolação de ideias na qual o discursante faz referência a fato ou características relacionadas à suas experiências pessoais, históricas ou artísticas.

Exemplo de Verbalizações:

“Escolha prática, mas também simbólica, de um homem do povo como ele. De um homem que se engajou num sonho geracional de transformação do país, de um negro mestiço empenhado nas movimentações de sua gente, de um artista que nasceu dos solos mais generosos de nossa cultura popular e que, como o seu povo, jamais abriu mão da aventura, do fascínio e do desafio do novo.” (GIL)

“Eu Margareth Menezes da Purificação, sou cidadã brasileira de raízes afro-indígena, criança nascida na periferia de Salvador, na península de Itapagipe, no estado da Bahia, do Nordeste brasileiro, cantora, compositora, sou artista popular e trago dentro do meu peito um amor pelo Brasil diverso, por esse povo lindo, forjado na resistência, símbolo de alegria de viver e da diversidade, que tanto nos orgulha, por sua capacidade de sínteses abertas e de reivindicações infinitas, reinvenções infinitas, desculpem.” (MARGARETH)

Frequências Gil (154): 7 (4,55%)

Frequências Margareth (136): 15 (11,03%)

Frequência Total da Categoria (290): 22 (7,59%)

Na mesma proporção dos desafios que apareceram nos discursos dos novos ministros, surgiram também as perspectivas de mudança e os potenciais de concretização das metas estabelecidas pelos gestores, como as mudanças em relação ao tratamento destinado à cultura dentro do governo, resultados que foram codificados como “perspectivas”, demonstrados na Tabela 8, pois se referem às expectativas ansiadas pelos ministros nos momentos em que tomaram posse.

Tabela 8 – Descrição dos dados da Categoria 8 – Perspectivas

Categoria 8 – Perspectivas

Definição: Modo como se concebe ou se analisa uma situação específica; ponto de vista. Denotação de expectativa, esperança ou de metas a serem atingidas no futuro.

Subcategorias:

8.1 Mudanças 8.2 Potencial

Exemplo de Verbalizações:

“Não por uma mudança superficial ou meramente tática no xadrez de nossas possibilidades nacionais. Mas por uma mudança estratégica e essencial, que mergulhe fundo no corpo e no espírito do país.”
(GIL)

“Faremos parte da reconstrução do nosso país, como artistas, gestores, e agora mais que nunca, com a potência econômica.” (MARGARETH)

Frequências Gil (154): 22 (14,29%)

Frequências Margareth (136): 16 (11,76%)

Frequência Total da Categoria (290): 38 (13,10%)

Por fim, emergiu no discurso da Ministra Margareth Menezes uma nova categoria que até então não havia sido observada no discurso do Ministro Gilberto Gil: menções ou referências diretas e indiretas em relação as gestões anteriores. Essas menções foram reunidas na Categoria 9.

Tabela 9 – Descrição dos dados da Categoria 9 – Referência Gestão Anterior

Categoria 9 – Referência Gestão Anterior
Definição: Citação ou referência aos governos ou gestões anteriores, assim como também às figuras dos Ministros da Cultura anteriores, ou ministros do MinC ou de suas ações.
Subcategorias: 9.1 Ministros Anteriores 9.2 Gestão Anterior
Exemplo de Verbalizações: <i>“E, por que o MinC foi extinto? Obviamente não foi porque ele é irrelevante. Mas, justamente pelo contrário. Quem o extinguiu, sabe da nossa importância.”</i> (MARGARETH)
Frequências Gil (154): 0 (0%)
Frequências Margareth (136): 17 (12,5%)
Frequência Total da Categoria (290): 17 (5,86%)

Retornando à discussão dos resultados da análise, observou-se nos dados da Categoria 1, uma maior frequência para ambos os ministros, confirmando que os discursos estavam alinhados com a relevância conceitual, ao mesmo tempo em que trouxeram a marca da trajetória pessoal e política de cada um deles, na adoção dos conceitos e paradigmas de cultura e de política cultural. Para Calabre (2019b) e Mata-Machado (2023), a revisão do arcabouço conceitual de cultura e de política cultural tornou-se desafiadora para a gestão da cultura, em função da forte politização da cultura nacional na última década. Percebe-se, pelas verbalizações codificadas nesta categoria, os esforços dos Ministros em detalharem seus entendimentos, concepções e princípios em referências conceituais potentes, capazes de revelarem suas posições políticas e suas defesas democráticas em relação ao papel e lugar da cultura brasileira.

Nesta direção, Costa (2019) defende o entendimento da cultura como modo de vida e como revisão incessante de modos de vida, como recurso capaz de encarar o que os modos consagrados de vida não resolvem, concepção percebida nos discursos dos Ministros, quando estes apresentam a cultura como central para a construção da

identidade nacional e para o desenvolvimento do país. Dagnino (2005) defendia, já na primeira década do século XXI, que era insuficiente que as políticas culturais apenas fizessem referência à construção da participação e da cidadania. A argumentação da autora segue no sentido de que o significado democrático desses princípios seja reafirmado e expandido, para que as políticas culturais, que eles venham a orientar, possam se contrapor à hegemonia neoliberal e seus efeitos de aprofundamento das desigualdades.

Nessa perspectiva, na Categoria 2 – Política Cultural e na Categoria 3 – Paradigmas de Política Cultural, os resultados mostraram que o Ministro Gilberto Gil mencionou, indiretamente, alguns paradigmas para apresentar a sua concepção de cultura e de desenvolvimento cultural, destacando em suas verbalizações que a cultura pode contribuir para o combate às barreiras de ordem social, econômica e simbólica. Também a Ministra Margareth destacou a ruptura com paradigmas que agredem a existência da cultura e de seus agentes.

Vale destacar o que testemunhou Botelho (2019), quanto ao início da gestão do Ministro Gilberto Gil, em que a autora descreve os reais esforços na criação de condições necessárias e indispensáveis para que o MinC recuperasse e aprofundasse a sua capacidade de formular e de implementar políticas públicas, ao tempo que incorporava a dimensão simbólica da cultura às demais dimensões do Governo Lula, a saber: cultura como inserção social e exercício da cidadania e como geração de trabalho, renda e divisas.

O discurso da Ministra Margareth trouxe limitações e desafios similares àqueles apresentados pelo Ministro Gilberto Gil, no entanto o cenário descrito por ela era ainda mais desafiador, uma vez que o Ministério da Cultura havia sido extinto e sua primeira demanda definida pelo Presidente Lula foi a recriação do MinC (MENEZES, 2023).

Essas limitações e desafios compareceram nos discursos, na análise de conteúdo foram consolidados nas Categoria 4 – Limitações e Categoria 5 – Desafios, particularmente a existência do MinC. Enquanto o Ministro Gilberto Gil iniciou sua gestão com o desafio de repensar os conceitos e paradigmas de cultura frente às políticas de governo e suas ações de ampliação do arcabouço cultural, a Ministra Margareth se viu diante de um resgate da importância da cultura como um dos pilares do terceiro mandato do governo Lula, pilar este evidenciado na recriação do Ministério da Cultura em um dos primeiros atos da gestão (MATA-MACHADO, 2023; MENEZES, 2023).

O cenário histórico das posses, 2003 e 2023, é carregado de simbolismo em função da mudança de diretriz que a chegada do Governo Lula anunciou em termos de participação democrática dos protagonistas da área cultural e do acesso à cultura para todos os brasileiros. Calabre (2019b) enfatiza que os primeiros quatro anos do Governo Lula foram de construção real do MinC na gestão do Ministro Gilberto Gil, tendo em vista as transformações necessárias suscitadas naquele momento histórico. Já a Ministra Margareth tomou posse em um MinC recém recriado, na esteira de fragilidades impostas ao setor cultural por múltiplos fatores. Ambos tomaram posse em momento carregado de expectativas por mudanças no setor da cultura e do país como um todo. Assim, no direcionamento de seus discursos, os ministros asseguraram a importância da figura do Presidente Lula (GIL, 2003; MENEZES, 2023). Os ministros mencionaram o Presidente Lula em um conjunto de verbalizações que compuseram uma categoria específica de análise, na Categoria 6 – Menção ao Presidente, distinta das categorias *à priori*, que foram formuladas a partir dos referenciais da literatura, essa categoria emergiu diretamente dos discursos. Embora se apresente transversal às demais categorias, as distribuições das frequências destacada nos discursos, bem como a importância e a consideração atribuídas ao Presidente Lula nas verbalizações dos ministros, possibilitaram a identificação de um núcleo de conteúdos comuns codificados como Menção ao Presidente, não somente pelo início de seu terceiro mandato, mas, sobretudo, pela relevância histórica dada à cultura durante seu governo e sua trajetória de vida (MENEZES, 2023).

O surgimento da Categoria 7 – Referência Autobiográfica dos ministros mostra a relação direta entre a figura do Presidente Lula e os escolhidos para ocuparem a pasta da cultura. O protagonismo dessas três personalidades brasileiras, reconhecidas por suas histórias pessoais, trajetórias profissionais e impacto nos setores e atividades aos quais se dedicaram, são expostas e, de certo modo, celebradas em função das camadas de superação que cada um deles carrega, em vários aspectos de seus desenvolvimentos como pessoas, como cidadãos e como políticos.

Botelho (2019) afirma que o Brasil, a partir de 2003, com a chegada do compositor Gilberto Gil à frente do MinC, passa a ter experiências concretas que ilustram a democracia cultural e uma alteração significativa na institucionalidade do setor cultural no país. Ao referenciarem suas autobiografias, os ministros se conectaram com sua história e recuperaram valores, concepções, potenciais, que os colocaram à disposição da cultura do país ao longo de suas vidas e carreiras. O percurso individual de cada protagonista criou as marcas de distinção observadas em seus discursos (Bourdieu, 2007),

como as destacadas por suas origens, raça, gênero, formação, e todo campo simbólico e subjetivo que os caracterizam. Dito de outro modo, a Categoria 7 mostrou a capacidade dos ministros em encontrarem caminhos e lacunas no sistema, para conquistarem seus objetivos e, do mesmo modo, se colocarem a disposição da cultura do Brasil.

A Ministra Margareth, ao endereçar seu discurso aos fazedores de cultura, enfatizou a perspectiva de mais recursos para a área e possibilidade de transformar a cultura do Brasil em um potente setor econômico. Essas mudanças e potenciais foram interpretadas a partir das verbalizações que constituíram a Categoria 8 – Perspectivas. Essa categoria obteve uma frequência expressiva que demonstrou o tom esperançoso e comprometimento responsável nos discursos proferidos.

Por fim, emergiu a última categoria dessa análise, a Categoria 9 – Referência à Gestão Anterior. Com uma frequência de 12,5% no discurso da Ministra Margareth Menezes e 5,8% da frequência total, esse conteúdo compareceu somente nas verbalizações da Ministra. Não foram pontuadas no discurso do Ministro Gilberto Gil menções ou referências diretas ou indiretas às gestões anteriores ou seus antecessores. Essas menções reunidas na Categoria 9 foram inseridas não apenas por sua recorrência, mas principalmente pelas distinções entre o período imediatamente anterior à chegada da Ministra ao Ministério da Cultura, recriado na véspera de sua posse. A importância destacada pela ministra foi em relação à “refundação” do Minc e o rompimento com toda forma de exclusão de direitos vivenciada pelo setor cultural no período criticado pela Ministra. Por outro lado, a Ministra se reporta aos seus antecessores remotos, Ministro Gilberto Gil e Ministro Juca Ferreira, também indicados pelo Presidente Lula em seus dois primeiros mandatos, destacando a importância da gestão conduzidas por eles, agradecendo o legado deixado ao MinC e à cultura do Brasil, ao tempo que dá indicação de retomada de algumas políticas daquele momento para poder avançar no novo MinC.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa qualitativa possibilitou constatar que o debate em torno dos conceitos e dos paradigmas pode ser tema na discussão teórica sobre políticas culturais, possuindo relevância substancial para garantir a concretização das políticas públicas. Assim, se identificou a presença dessa apropriação teórica na fala dos Ministros em suas primeiras comunicações endereçadas à sociedade brasileira.

A importância desse registro confirma o que pontuou Botelho (2019) ao analisar a opção conceitual do Ministro Gilberto Gil. Para a autora, o ministro investiu na

recuperação de um conceito abrangente de cultura, que na sua gestão passou a ser considerada em sua dimensão antropológica, o que significou assumir a dimensão simbólica da existência social, como um conjunto dinâmico de todos os atos criativos do povo brasileiro. Em resumo, a autora considera o discurso do ministro como bem articulado conceitualmente, inaugurando um novo tempo para as políticas culturais do Brasil.

Os resultados alcançaram categorias de análise capazes de identificar conceitos e paradigmas, bem como destacar as limitações, desafios e perspectivas futuras da Política Cultural e do Ministério da Cultura do Brasil, na sustentação da fala dos ministros, corroborando as contribuições basilares de Canclini para a área de política cultural.

É importante salientar que tanto o Ministro Gilberto Gil, quanto a Ministra Margareth Menezes romperam de forma efusiva com as propostas defendidas por seus antecessores diretos, a despeito do Ministro Gil não ter mencionado Francisco Weffort ou o governo FHC em seu discurso de posse.

O estudo possibilitou uma análise acerca dos políticos e gestores que assumiram o Ministério da Cultura, e ainda a possibilidade de verificar os conteúdos presentes nos discursos de posse e seus desdobramentos em políticas públicas, como o que foi verificado tanto no discurso do Ministro Gilberto Gil, quanto nos estudos da área. E, para finalizar, foi constatado pelos dados analisados a centralidade da política cultural ou das políticas culturais nos discursos de posse dos dois gestores, centralidade essa defendida pelos estudiosos mais expressivos da área e encontrada na análise de discurso dos dois ministros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBALHO, Alexandre. Política cultural, movimentos sociais e democracia: releitura e questões a partir de “políticas culturales y crisis de desarrollo”. In: ROCHA, R. e BRIZUELA, J. I., (Org.), **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 89-99

BAUER, Martin W. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George (Org.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 189-217.

BOTELHO, Isaura. (2019). A atualidade das intervenções de Canclini. In: ROCHA, R. e BRIZUELA, J. I., (Org.), **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 113-121.

BOTELHO, Isaura. Uma rápida reflexão sobre o MinC entre 2003 e 2011, In: BARROS, J.M. e OLIVEIRA JUNIOR, J., (Org.). **Pensar e agir com a Cultura: desafios da gestão cultural**. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011. p. 69-78

BOTELHO, Isaura. **Romance de formação**: Funarte e política cultural, 1976-1990. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Decreto n. 91.144, de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 mar. 1985. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d91144.htm>. Acesso em: 08 nov. 2023.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: RUBIM, A. e BARBALHO, A. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-107.

CALABRE, Lia. **Escritos sobre políticas culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019a.

CALABRE, Lia. Sobre o Conceito de Políticas Culturais, In: ROCHA, R. e BRIZUELA, J. I., (Org.), **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019b. p. 133-140.

CANCLINI, Néstor García. Políticas culturais e crise de desenvolvimento: um balanço latino-americano, In: ROCHA, R. e BRIZUELA, J. I., (Org.), **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 45-86.

COSTA, Leonardo F. Prefácio. In: ROCHA, R. e BRIZUELA, J. I., (Org.), **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 7-11.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 45-66, jan./abr. 2005.

FERRON, F. M.; ARRUDA, M. A. DO N. Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 173–193, 17 abr. 2019.

GIL, Gilberto. (2003), Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil. Brasília: Ministério da Cultura.

MATA-MACHADO, Bernardo N. **Política Cultural**: fundamentos. São Paulo: Ed. SESC São Paulo, 2023. 288 p.

MENEZES, Margareth. (2023). Discurso de Posse da Ministra da Cultura Margareth Menezes. Brasília: Ministério da Cultura. Disponível em vídeo. Transcrito na íntegra (Tomás Alves Tentes de Ourofino), a partir de mídia digital, vídeo. Disponível em:

<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/a-cultura-voltou-margareth-menezes-toma-posse-como-ministra>. Acesso em 03/11/2023.

MORAES, Marcelo V. E. Construindo a democracia cultural: cidadania, federação e participação. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v.12, n. 2, p 13-33, jul./dez. 2019.

OUROFINO, Tomas A. T. **Centralidade da Política Cultural nos discursos de posse 2003-2023 no Ministério da Cultura: Vinte Anos de Travessia da “Cultura Vai Tomar Posse”**. 55 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

RUBIM, Antônio A. C. Uma visita aos conceitos de políticas culturais na América Latina. **Políticas Culturais Em Revista**, Salvador, v.12, n. 1, p. 259–283, jul./dez. 2019.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. (2021) **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap. 155 p.

SEVERINO, José Roberto. Políticas culturais em Néstor García Canclini: algumas observações. In: ROCHA, R. e BRIZUELA, J. I., (Org.), **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019 p. 123-131.

UNESCO. **Declaração do México sobre Políticas Culturais**. México, 1982. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/DeclaracaodoMexico.1985.pdf>> Acesso em 27 nov. 2023.

UNESCO. Conferência Mundial da sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável. México, 2022. Disponível em https://www.segib.org/wp-content/uploads/MONDIACULT_PT_DRAFT-FINAL-DECLARATION_FINAL.pdf> Acesso em: 28 nov. 2023.

Apêndice

Agrupamento	Categorias/Subcategorias	Descrição
1 Conceito	1. Conceito	“Representação dum objeto pelo pensamento, por meio de suas características gerais. 2. Ação de formular uma ideia por meio de palavras; definição, caracterização. 3. Pensamento, ideia, opinião.” (Glossário De Termos Epistemológicos E De Metodologia Científica, UNIFAE)
	1. Definição.	Frase ou período em que o discursante apresenta um conceito a partir de uma definição, original ou não.
	1. Anteposição.	Uso de um conceito como ideia contrária a outro conceito ou outra ideia.
	1. Simbolismo	Formulação de uma ideia por meio de expressões simbólicas ou metafóricas
	1. Distinção	
2 Política Cultural	1. Política Cultural ou Políticas Culturais	“Modo de intervenção, através de formulações ou propostas que deve reunir diversos atores

		com o objetivo de promover mudanças na sociedade por meio da cultura. A complexidade desta definição depende ainda da relação das noções pretendidas de política e de cultura.” COSTA, Leonardo Figueiredo. Prefácio. In: CANCLINI, Néstor García; BRIZUELA, Juan Ignacio; ROCHA, Renata (org.). Política cultural: conceito, trajetória e reflexões. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 7-11
3 Paradigmas em Política Cultural (García-Canclini)	1. Paradigmas	Paradigmas elaborados por Néstor García-Canclini levando em consideração os agentes sociais envolvidos, a estruturação da relação entre política e cultura e a concepção de desenvolvimento cultural.
	1. Mecenato liberal	Fundações industriais e empresas privadas Apoio à criação e distribuição discricionária da alta cultura Difusão do patrimônio e seu desenvolvimento através da livre criatividade individual
	3.2 Tradicionalismo paternalista	Estados, partidos e instituições culturais tradicionais Uso do patrimônio tradicional como espaço não conflituoso para a identificação de todas as classes Preservação do patrimônio folclórico como núcleo da identidade nacional
	1. Estatismo populista	Estados e partidos Distribuição dos bens culturais de elite e reivindicação da cultura popular sob o controle do Estado Afiançar as tendências da cultura nacional-popular que contribuem à reprodução equilibrada do sistema
	3.4 Privatização conservadora	Empresas privadas nacionais e transnacionais e setores tecnocráticos dos Estados Transferência das ações públicas na cultura ao mercado simbólico privado Reorganizar a cultura sob as leis do mercado e buscar o consenso através da participação individual no consumo
	3.5 Democratização cultural	Estados em instituições culturais Difusão e popularização da alta cultura Acesso igualitário de todos os indivíduos e grupos à fruição dos bens culturais
	1. Democracia participativa	Partidos progressistas e movimentos populares independentes Promoção da participação popular e a organização autogestiva das atividades culturais e políticas Desenvolvimento plural das culturas de todos os grupos de acordo com suas próprias necessidades
1. Limitações	4. Limitações 4.1 Limites/ Fragilidades	Imposições de dificuldades ou impossibilidades que cerceiam a ação de determinado agente, grupo ou instituição.
1. Desafios	1. Desafios	Interposição de fenômeno a ser superado por alguém, instituição, governo ou corporação, de causa definida ou não, e de condição estrutural ou temporária.

	5.1 Meta/Tarefas	Referência a algo a ser alcançado ou realizado. Um fim que se almeja ou que se quer atingir. Metas a serem atingidas no <i>futuro</i> .
6 Menção ao Presidente	1. Menção ao Presidente	Citação ou referência à figura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, envolta ou não de simbolismo atrelado à sua carreira política. Menção ao Governo Lula
7 Referência autobiográfica	1. Referência autobiográfica	Período ou interpolação de ideias na qual o discursante faz referência à fato ou característica relacionadas à suas experiências pessoais, históricas ou artísticas.
8 Perspectivas	1. Perspectivas	Modo como se concebe ou se analisa uma situação específica; ponto de vista. Denotação de expectativa, esperança.
	1. Mudanças 2. Potencial	Proposição que visa alteração, modificação, transformação Indicação de transições, variações e reformas
9 Referência aos Ministros Antecessores	1. Referência aos Ministros Antecessores	Citação ou referência às figuras dos Ministros da Cultura anteriores, ou ministros do MinC